



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA

CONTRATO Nº 003/FUFMT/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPROGRAFIA E SERVIÇOS CORRELATOS, INCLUINDO A CONCESSÃO DE USO ONEROSO DE ESPAÇOS FÍSICOS DO CAMPUS CUIABÁ PARA A EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE COMERCIAL CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS, ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO E A EMPRESA FABRI GRAFICA E CONFECCOES LTDA PROCESSO Nº 23108.907087/2018-82.**

Pelo presente instrumento e regido pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**, Instituição de Ensino Superior com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 5.647, de 10/12/70 e Decreto nº 69.370, de 17/10/71, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004.540/0001-00, estabelecida em Cuiabá-MT, Campus Universitário, Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2.367, Bairro Boa Esperança, CEP 78.060-900, doravante denominada de **CONTRATANTE**, neste ato representada pela sua Reitora, **Prof.<sup>a</sup> MYRIAN THEREZA DE MOURA SERRA**, portadora da cédula de identidade RG n.º [REDAZIDO] e CPF n.º [REDAZIDO], residente e domiciliada nesta cidade e município de Cuiabá – MT, e a empresa **FABRI GRAFICA E CONFECCOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.736.487/0001-70, situada Avenida Edgar Vieira nº 1650, no bairro Boa Esperança, cidade de Cuiabá, CEP 78.060-900, telefone (65) 3025-7008, e-mail: marcelo.graficafabri@gmail.com, neste ato representado pelo(a) **Sr.(a) MARCELO NOBRE DE MACEDO**, portador(a) do CPF nº [REDAZIDO] e RG nº [REDAZIDO], denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com as formalidades constantes do Pregão Eletrônico – FUFMT 60/2018, de conformidade com os dispositivos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 6.204/2007, Decreto 3.931/01, Decreto nº 3.772, de 09/01/2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25/11/2002 (Regulamenta o SICAF), e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, observará ainda demais legislações vigentes, pertinentes ao objeto licitado e demais normas aplicáveis à espécie aos quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de cópias xerográficas de mapas, cópias preto e branco e coloridas, plotagens preto e branco e coloridas, impressão de documentos e encadernação espiral de cópia, sem franquia, para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – FUFMT, incluindo a concessão de uso oneroso de espaços físicos do campus Cuiabá para a exploração de atividade comercial com a comunidade acadêmica, mediante preço de mercado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

**Parágrafo Primeiro** – A empresa contratada deverá iniciar a prestação dos serviços em até 07 (sete) dias úteis, contados da data de recebimento de cada área da concessão (posto de atendimento) registrado no termo de vistoria.

**Parágrafo Segundo** - Os serviços serão solicitados e realizados no horário de expediente dos postos de atendimento.

**CLAUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO**

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 60/2018, seus anexos, a proposta da Contratada e demais elementos constantes do processo Nº 23108.907087/2018-82.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo e por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o interesse público e a critério da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

A FUFMT pagará os seguintes valores para os itens contratados:

Item	SERVIÇOS	Unidade de Fornecimento	Demanda Estimada	Valor Unitário (R\$)	D.E*Valor Unitário
1	Serviço de cópia ou impressão <b>preto e branco</b> , em papel <b>sulfite A4 – 75g</b> , incluindo agrupamento e grampeamento.	Unidade	1.401.000	0,15	210.150,00
2	Serviço de cópia ou impressão <b>colorida</b> , em papel <b>sulfite A4 – 75g</b> , incluindo agrupamento e grampeamento.	Unidade	9.500	1,59	15.105,00
3	Serviço de cópia ou impressão <b>preto e branco</b> , em papel <b>sulfite A3 – 75g</b> , incluindo agrupamento e grampeamento.	Unidade	1.500	0,52	780,00
4	Serviço de cópia ou impressão <b>colorida</b> , em papel <b>sulfite A3 – 75g</b> , incluindo agrupamento e grampeamento.	Unidade	2.400	3,01	7.224,00
5	Serviço de cópia ou impressão <b>colorida</b> , em papel <b>Couchê até 150g - Formato A4</b> .	Unidade	5.512	2,49	13.724,88
6	Serviço de cópia ou impressão <b>preto e branco</b> , em papel <b>Couchê até 150g - Formato A4</b> .	Unidade	588	1,49	876,12





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA

7	Serviço de cópia ou impressão <b>colorida</b> de mapas, projetos ou plantas <b>em papel fotográfico</b> - através de <b>plotagem</b> com largura máxima 90 cm (metro linear).	Metro linear	290	64,82	18.797,80
8	Serviço de cópia ou impressão <b>colorida</b> de mapas, projetos ou plantas <b>em papel sulfite</b> - através de <b>plotagem</b> com largura máxima 90 cm (metro linear).	Metro linear	395	17,97	7.098,15
9	Serviço de cópia ou impressão <b>preto e branco</b> de mapas, projetos ou plantas <b>em papel sulfite</b> - através de <b>plotagem</b> com largura máxima 90 cm (metro linear).	Metro linear	414	14,32	5.928,48
10	Serviço de impressão <b>colorida couchê adesivo</b> 90gr em Formato <b>A4</b> .	Unidade	1.000	3,32	3.320,00
11	Serviço de encadernação com espiral até <b>12 mm</b> (até 70 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	474	2,92	1.384,08
12	Serviço de encadernação com espiral <b>14 mm</b> (até 85 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	30	3,16	94,80
13	Serviço de encadernação com espiral <b>17 mm</b> (até 100 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	332	3,28	1.088,96
14	Serviço de encadernação com espiral <b>20 mm</b> (até 120 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	30	3,46	103,80



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA

15	Serviço de encadernação com espiral <b>23 mm</b> (até 140 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	30	3,53	105,90
16	Serviço de encadernação com espiral <b>25 mm</b> (até 160 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	211	3,94	831,34
17	Serviço de encadernação com espiral <b>29 mm</b> (até 200 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	30	4,26	127,80
18	Serviço de encadernação com espiral <b>33 mm</b> (até 250 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	67	4,44	297,48
19	Serviço de encadernação com espiral <b>40 mm</b> (até 350 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	33	5,67	187,22
20	Serviço de encadernação com espiral <b>45 mm</b> (até 400 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	29	7,01	203,29
21	Serviço de encadernação com espiral <b>50 mm</b> (até 450 folhas), capa e contra capa em PP (capa cristal e contracapa preta).	Unidade	10	5,23	52,30
22	Serviço de encadernação em capa dura, com impressão na capa em baixo relevo e contracapa, no formato de papel até <b>A4</b> , material percalux. Impressão, capa e contracapa em cores variadas, inclusive	Unidade	10	51,80	518,00





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA

	impressão hot staping em letra dourada.				
23	Serviço de plastificação em polaseal, <b>12x19cm</b> , brilhoso/fosco.	Unidade	20	3,37	67,40
24	Serviço de confecção de <b>BANNER</b> em <b>Glossy ou Semiglossy</b> , em 4x0 cores, com acabamento em hastes de madeira ou plástico nas extremidades superior e inferior, ponteira de borracha e cordão de sustentação, em alta resolução. Tamanho: largura padrão 0,90cm. Arte a ser definida pela Contratante.	Metro Linear	609	60,00	36.540,00
25	Serviço de confecção de <b>BANNER</b> com impressão digital computadorizada em <b>lona vinílica</b> , em 4x0 cores, com acabamento em hastes de madeira ou plástico nas extremidades superior e inferior, ponteira de borracha e cordão de sustentação, em alta resolução. Tamanho: largura padrão 1,20cm. Arte a ser definida pela Contratante.	Metro Linear	70	78,05	5.463,50
26	Serviço de confecção de <b>FAIXA</b> – confecção em <b>ráfia</b> , em até 04 cores, com suporte de fixação nas laterais. Dimensão: 0,80 x 5 metros. Arte a ser definida pela Contratante.	Unidade	65	129,80	8.437,00
27	Confecção e aplicação de <b>adesivo</b> para identificação de veículo, em <b>película de PVC</b> impresso, 4x0 cores, tamanho 30x60 cm, de acordo com a I.N. 03, de 31 de maio de 2008 e	Unidade	83	67,80	5.627,40



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

	modelo conforme Anexo VI da citada IN. Arte a ser definida pela Contratante.				
28	Confecção e aplicação de <b>adesivo recortado</b> para identificação de veículo, 4x0 cores, Largura 20cm. Arte a ser definida pela Contratante.	<b>Metro linear</b>	320	77,47	24.790,40
29	Confecção e aplicação de <b>adesivo recortado</b> para identificação de veículo, 4x0 cores, Largura 30cm. Arte a ser definida pela Contratante.	<b>Metro Linear</b>	100	69,27	6.927,00

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO**

O **valor global** do presente contrato é de **R\$ 375.838,23** (trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos) para o período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTE DO CONTRATO**

Respeitado o princípio da anualidade, os valores contratuais poderão ser reajustados, para mais ou para menos, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

- a) No caso do primeiro reajuste, a contagem do interregno de 01 (um) ano terá como referência a data da apresentação da proposta, e os demais, a data do último reajuste.
- b) Para fins do cálculo do reajuste anual, será sempre utilizado o índice (IPCA), devendo ser aplicadas as seguintes fórmulas (conforme manual do TCU):

$$Ir = (I1 - I0) / I0$$

$$R = V0 \times Ir$$

$$V1 = V0 + R$$

Onde:

I0 - índice correspondente à data base da proposta (data prevista para abertura da licitação);

I1 - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor;

Ir - índice de reajustamento;

R - valor do reajustamento procurado;

V0 - preço original da proposta, na data base (valor a ser reajustado);

V1 - preço final já reajustado.

- c) O reajuste deve ser calculado de acordo com o último índice conhecido.
- d) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- f) Caberá a CONTRATADA efetuar os cálculos relativos ao reajuste e submetê-lo à apreciação da CONTRATANTE, bem como anexar os cálculos, e a publicação do respectivo índice.
- g) Deve o reajuste ser antecedido de manifestação do setor responsável pelo contrato, com indicação de que os novos preços estão em conformidade com os de mercado e continuam vantajosos para a Administração.

**CLAUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução deste instrumento correrão no exercício de 201X com a seguinte dotação orçamentária:

**PTRES: 108540**

**FONTE: 8100**

**NATUREZA DE DESPESA: 339039**

**UGR: 154045**

**PI: NUFMTG01FXN**

**CLÁUSULA NONA – DA METODOLOGIA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS**

- a) No que diz respeito à concessão de uso oneroso de espaço físico para a exploração de atividade comercial junto à comunidade acadêmica e público em geral será adotado o preço de mercado.
- b) No que diz respeito à prestação de serviços, a solicitação poderá ser feita com requisições físicas ou requisições eletrônicas.
- c) A empresa contratada deverá providenciar blocos de requisições, no modelo estabelecido no Termo de Referência, Anexo A, em numeração sequencial e única, sem nenhum custo adicional para a FUFMT.
- d) O credenciamento dos servidores autorizados a solicitar os serviços será feito pela Pró-Reitoria Administrativa - PROAD, que fornecerá os dados e os cartões de assinaturas ou liberação via sistema para as Centrais de Atendimento.
- e) O servidor comparecerá ao posto de atendimento e apresentará a requisição assinada e carimbada.
- f) Antes da execução caberá à Contratada conferir a assinatura e demais dados da requisição.
- g) As requisições devem ser datadas e conter somente os tipos de serviços licitados, sem rasuras, com o quantitativo utilizado por extenso.
- h) Após o atendimento do serviço, mensalmente, a Contratada deve encaminhar ao fiscal do contrato, a Nota Fiscal juntamente com os relatórios de faturamento para conferência, incluindo a 1ª via das requisições de serviços correspondentes.
- i) Os relatórios de faturamento deverão ser expedidos por tipo de serviço e por unidade requisitante no formato dos modelos anexos B e C do Termo de Referência.
- j) Caberá ao fiscal do contrato conferir a relação de serviços, valores, e as requisições de acordo com o contrato e as 2ª vias das requisições expedidas pelas unidades.
- k) Não serão aceitos, sob nenhuma hipótese, requisições rasuradas ou sem quantitativo por extenso, ou ainda assinadas por servidor não autorizado.
- l) Havendo erros no faturamento/Nota Fiscal, o fiscal do contrato encaminhará as documentações à Contratada para correção.
- m) A Contratante fornecerá o sistema de gerenciamento dos serviços, instalado no servidor do Data Center da Instituição.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- n) O credenciamento e os limites dos servidores autorizados a requisitar os serviços, será feito pela Pró-Reitoria de Administração - PROAD do Campus Universitário de Cuiabá/MT, que fornecerá aos servidores e à Contratada os dados para acesso ao sistema.
- o) A Contratada, por meio de funcionários cadastrados pelo gerente, acessará o sistema, e visualizará as solicitações registradas.
- p) Após a emissão da ordem de serviço, a empresa executará o serviço e mudará o status no sistema para que a unidade requisitante possa retirar o material produzido.
- q) Após executar a ordem de serviço, a Contratada finalizará a solicitação no sistema, disponibilizará o produto para retirada e o requisitante, após a retirada, avaliará se o serviço foi executado em sua totalidade.
- r) Mensalmente, a Contratada deve encaminhar para o fiscal do contrato a Nota Fiscal juntamente com os relatórios de faturamento, geral e detalhado, emitidos pelo sistema, para conferência.
- s) Caberá ao fiscal do contrato conferir a relação de serviços e valores da Contratada com as requisições do sistema de acordo com o contrato.
- t) O gerenciamento das requisições será feito via sistema da instituição ou com os blocos de papel, conforme decisão da Contratante.

**CLAUSULA DÉCIMA – DO FATURAMENTO**

O faturamento deverá ser mensal e a FUFMT pagará somente pelos serviços efetivamente autorizados e executados mediante requisições assinadas ou autorizadas via sistema. Na apresentação da fatura para pagamento, deverão ser anexados os seguintes documentos:

- I. Nota Fiscal – dados do contratado;
  - II. Comprovante de pagamento da Concessão de Uso Oneroso de Espaço;
  - III. Comprovante de pagamento de restituição das despesas de Energia Elétrica;
  - IV. Relatório quantitativo por serviço – modelo anexo ao Termo de Referência;
  - V. Relatório quantitativo por unidade administrativa ou acadêmica credenciada – modelo anexo ao Termo de Referência;
  - VI. Requisições assinadas ou autorizadas via sistema.
- a) A empresa CONTRATADA deverá encaminhar ao fiscal do contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Nota Fiscal/Fatura e os documentos citados acima, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento;
  - b) As faturas deverão ser entregues detalhadas;
  - c) O documento de cobrança deverá conter o número do respectivo contrato e o período da prestação dos serviços, bem como deverão ser emitidos pelo CNPJ indicado no preâmbulo do Contrato, ou ainda pelo CNPJ da filial local, se for o caso;
  - d) No documento de cobrança deverão ser destacadas, conforme legislação pertinente, as retenções tributárias e a CONTRATANTE efetuará o recolhimento de tributos, contribuições sociais e parafiscais, quando a legislação assim exigir;
  - e) Fatura/Nota Fiscal a ser apresentada deverá compreender demonstrativo de utilização dos serviços prestados no período considerado.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MODO DE RECEBIMENTO**

- a) O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, através de termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado, acompanhado da Nota Fiscal e demais documentos de faturamento.
- b) No ato do recebimento da Nota Fiscal pela CONTRATANTE, será feita uma consulta no SICAF, sobre a validade da documentação obrigatória e de habilitação da CONTRATADA:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- I. Caso o SICAF da CONTRATADA não esteja atualizado, deverão ser aplicados os procedimentos descritos no §4º da IN 02/2010.
- c) Após o recebimento provisório, o fiscal do contrato terá o prazo **de até 05 (cinco) dias úteis**, para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal e a documentação recebida.
- I. Se aceitar, o recebimento definitivo (atesto) será realizado pelo fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.
- II. Se rejeitar, em sendo detectadas inconformidades entre a medição e a Nota Fiscal ou a falta de documento obrigatório, o contratado será notificado para corrigi-los/complementá-los no prazo de até 03 (três) dias úteis. A notificação suspenderá o prazo de recebimento, passando a contar a partir da nova entrega do documento faltante ou apresentação de nova nota fiscal. A notificação da contratada sobre inconformidades será realizada pela contratante, através do fiscal do contrato.
- d) O ateste da Nota Fiscal poderá ser realizado com ressalva de glosa, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando o contratado:
- I. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- II. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- e) Caberá ao fiscal do contrato notificar a empresa quando da ocorrência de ateste de nota fiscal com ressalva de glosa, informando a memória de cálculo utilizada;
- f) Nos casos de ateste de notas fiscais com ressalva de glosas, considerando o disposto no Art. 76 da Lei 8.666/93, e ainda o prazo de pagamento, o processo administrativo será encaminhado para pagamento junto a Coordenação Financeira a fim de quitar a parcela efetivamente atestada, cabendo a Contratada arguir recurso administrativo sobre a diferença em discussão, caso queira;
- g) O encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura atestada para pagamento deverá ser realizado pelo fiscal do contrato, mediante processo administrativo, o qual será encaminhado à Gerência de Contratos de Serviços e deverá ser instruído de acordo com as documentações citadas anteriormente e outras específicas definidas no contrato e ainda o estabelecido na Ordem de Serviço PROAD nº 03/2013;
- h) Mensalmente, por ocasião do encaminhamento de notas fiscais para pagamento, o fiscal do contrato emitirá um relatório de fiscalização e pagamento que anotará todas as ocorrências contratuais registradas no período de competência da nota fiscal, bem como o relato pormenorizado da medição efetuada.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo do serviço, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

- a) Em sendo detectado inconformidades no faturamento da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o CONTRATADO será notificado para



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

corrigi-los no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a respectiva Nota Fiscal/Fatura será restituída a CONTRATADA para as correções necessárias e o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

- b) O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
- c) A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, a contratada será notificada para proceder à regularização. Caso a documentação esteja disponível na internet, a própria Coordenação Financeira poderá baixá-la e carregá-la aos autos, sem necessidade de comunicar o fato à contratada.
- d) O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- e) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- f) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- g) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios.

VP = Valor da parcela a ser paga.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX \div 100)}{365}$$

TX = Porcentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

$$I = 0,00016438$$

- h) Na contagem dos prazos estabelecidos nesta cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos em dia de expediente na FUFMT.
- i) Poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE e a favor da CONTRATADA, as multas que por ventura lhe tenham sido aplicadas. Todavia, o valor correspondente da multa primeiramente será descontado da garantia contratual, sendo que se a multa imposta for superior aos valores da garantia prestada o valor residual será então descontado dos créditos devidos a CONTRATADA.
- j) O não pagamento da multa implica inscrição da CONTRATADA na Dívida Ativa da União.
- k) Poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE e a favor da CONTRATADA, o ressarcimento de perdas e danos apurados quando da rescisão contratual. Caso não existam créditos ou forem insuficientes, o valor devido será descontado da garantia contratual. Ainda assim, se os créditos e a garantia contratual não forem suficientes a CONTRATADA será inscrita na Dívida Ativa da União.
- l) Fica vedado à CONTRATADA negociar as duplicatas advindas da presente contratação, em Bancos, instituições financeiras ou de "factoring", devendo mantê-las em carteira, porquanto os pagamentos serão efetivados diretamente na conta bancária do credor, conforme prescreve o art. 44 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
- m) É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas e indenização pelos danos decorrentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá apresentar à Gerência de Contratos de Serviços da FUFMT, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da FUFMT, contado da data de início da vigência do contrato (ou termos aditivos), comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar pelas seguintes modalidades:

- i. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
  - ii. Seguro – garantia;
  - iii. Fiança bancária.
- a) A garantia deverá assegurar qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
    - i. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
    - ii. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
    - iii. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
    - iv. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.
  - b) A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade mínima de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, sendo renovada no caso de prorrogação, por igual período.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- c) Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item I. As fianças bancárias deverão ser emitidas observando o modelo anexo no termo de referência.
- d) No caso de seguro-garantia, a proporção de cobertura para as obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá corresponder também ao total do valor a ser garantido.
- e) No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da FUFMT.
- f) Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, este deverá conter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos em legislação específica. Além disso, deverá estar devidamente escriturado em sistema centralizado de liquidação e custódia, nos termos do art. 61 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podendo a FUFMT, recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.
- g) No caso de garantia na modalidade de carta de fiança, a mesma deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e deverá constar da mesma expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.
- h) A INOBSERVÂNCIA DO PRAZO FIXADO PARA APRESENTAÇÃO DA GARANTIA ACARRETARÁ A APLICAÇÃO DE MULTA DE 0,07% (SETE CENTÉSIMOS POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO POR DIA DE ATRASO, ATÉ O MÁXIMO DE 2% (DOIS POR CENTO).
- i) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- j) O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela FUFMT com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções a CONTRATADA.
- k) Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela Contratante, em pagamento de multa que lhe tenha sido aplicada, a licitante vencedora deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada da imposição de tal sanção.
- l) A qualquer tempo, mediante comunicação à CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades aqui previstas.
- m) A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual ou complementada nos casos de alterações contratuais que ensejarem a majoração do valor global do contrato.
- n) A garantia será considerada extinta:
  - a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - b) Após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- o) A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e caso esse pagamento não ocorra até o fim do 2º (segundo) mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, nos termos do subitem 1.2 do anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n.º 05/2017.
- p) A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
  - a) Caso fortuito ou força maior;
  - b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- c) Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração;
- d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.
- q) Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas no Item XV.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

- a) O Contrato a ser firmado poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.
- b) A empresa CONTRATADA, em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto contratado, e obedecendo-se as condições inicialmente previstas neste Contrato, ficará obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- c) Fica facultada, entretanto, a supressão além do limite acima estabelecido, mediante consenso entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- d) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- e) Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.
- g) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- h) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- i) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**REITORIA**

- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- n) Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- o) Utilizar, sempre que possível, equipamentos com eficiência energética (PROCEL/INMETRO).
- p) Adotar procedimentos de economia de água, sem prejuízo da adequada higienização do ambiente.
- q) Custear e responsabilizar-se por quaisquer serviços de instalação ou montagem necessários para o funcionamento do posto de reprografia, nos horários e dias autorizados pela Pró-Reitoria Administrativa - PROAD, no intuito de minimizar a interferência no funcionamento das unidades acadêmicas e administrativas.
- r) Realizar a limpeza na área da concessão utilizando produtos registrados na ANVISA, inclusive retirar e destinar adequadamente o lixo resultante de suas atividades, devidamente acondicionados em sacos plásticos indevassáveis.
- s) Manter o layout do espaço de modo a respeitar as legislações específicas aos portadores de deficiência e plano de combate a incêndio.
- t) Manter preposto aceito pela Administração, no local da concessão, para representá-lo na execução do contrato, sendo que a declaração de preposto, constando o nome completo, nº do CPF, do documento de identidade, e-mail e telefones de contato, deverá ser apresentada ao fiscal do contrato antes do início da prestação dos serviços.
- u) Fixar em local visível o Alvará de Funcionamento.
- v) Fixar em local visível, cartaz com o contato do fiscal do contrato para o registro de reclamações.
- w) Cumprir rigorosamente o código de defesa do consumidor, em especial, manter a tabela de preços dos produtos comercializados externamente ao balcão de atendimento.
- x) Praticar preços compatíveis aos de mercado, tomando como base outros estabelecimentos de equivalente capacidade, instalação e localização, e efetuar majoração de preços dos produtos comercializados somente mediante aprovação da tabela de preços pelo fiscal do contrato.
- y) Reduzir os valores de comercialização dos produtos constantes das tabelas de preços quando comprovadamente incompatíveis ao mercado local.
- z) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo sua responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- aa) Responsabilizar-se pelas despesas de serviços de terceiros que venha a instalar na área da concessão (ex: telefonia).
- bb) Instruir seus funcionários quanto à prevenção de incêndios.
- cc) Facilitar todas as atividades de fiscalização do contrato que serão exercidos por técnicos da Fiscalização da CONTRATANTE, inclusive quanto às documentações probatórias de regularidade da legislação vigente e inspeção da área de concessão.
- dd) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- ee) Providenciar, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, a obtenção de licenças, autorizações, alvarás e outros, junto às autoridades competentes, necessários ao funcionamento do posto de reprografia dentro das normas legais vigentes, respondendo por eventuais infrações a estas normas.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- ff) Pagar pontualmente pelas obrigações financeiras decorrentes da concessão e do ressarcimento da energia elétrica, nos prazos e conforme os procedimentos ajustados.
- gg) Zelar pela perfeita execução do contrato, devendo as falhas que por ventura venham a ocorrer, quando notificadas pela Administração, serem sanadas oportunamente.
- hh) Responsabilizar-se pelas adequações dos espaços físicos, necessárias ao bom funcionamento das atividades a serem desenvolvidas, sem ônus para a Universidade, as quais serão incorporadas ao patrimônio da UFMT, sem direito de qualquer indenização.
- ii) Responsabilizar-se por toda manutenção e/ou reparo nas instalações físicas, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos já utilizados.
- jj) Fornecer os formulários para controle de atendimento (Requisição de Cópias, Movimento Diário e Cartões de Assinaturas).
- kk) Fornecer todos os equipamentos operacionais, móveis, utensílios e materiais diversos a serem utilizados nos serviços a serem prestados.
- ll) Realizar manutenção preventiva e corretiva de forma a garantir sempre o perfeito funcionamento dos equipamentos instalados.
- mm) Manter os seguros de vida, compatíveis com suas responsabilidades, para com a Universidade, os usuários e terceiros.
- nn) Manter nos postos de serviços, equipamentos de combate a incêndio de acordo com as normas vigentes e conforme definido pela COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO SERVIDOR (CASS).
- oo) Comunicar, imediatamente a UFMT, fatos que venham a interromper o funcionamento dos serviços de que trata o objeto em questão e também outras alterações que se fizerem necessárias.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PROIBIÇÕES**

- a) É vedada a utilização de alto falante e/ou congêneres que produzam som ou ruídos, prejudicial ao andamento das aulas;
- b) É vedada a guarda ou depósito de produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos ou de forte odor no local da concessão;
- c) É vedada a comercialização de qualquer produto ou serviço estranho à finalidade lícita.
- d) É vedado ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a permissão onerosa de uso, nem emprestar ou sublocar o espaço, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma de permitir que terceiros faça uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- d) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.
- e) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.
- f) Realizar pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços homologados.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- g) Entregar a área concedida limpa e desimpedida para início das atividades, mediante termo de vistoria.
- h) Fornecer energia elétrica na área da concessão, mediante ressarcimento pela Contratada.
- i) O posto da Central de cópias possui unidade consumidora independente e, portanto, é de responsabilidade da Contratada a solicitação de ligação de energia elétrica.
- j) Notificar a CONTRATADA por escrito sobre toda e qualquer ocorrência que porventura venha existir durante a vigência do Contrato.
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- l) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de representantes previamente designados, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los de informações pertinentes a essa atribuição.
- m) Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- n) Fornecer as informações necessárias à contratada/concessionária de forma que possa emitir as GRUs – Guias de Recolhimento da União no contrato com previsão de pagamento de taxas e ressarcimentos em favor da FUFMT, tais como a taxa de ocupação de imóveis e ressarcimento de energia elétrica.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**

A CONTRATADA prestará os serviços nos seguintes postos de atendimento, mediante concessão onerosa de espaço público nos seguintes valores:

Postos de Atendimento	Local	Medidas	Preço Total R\$ Mês
Posto 1	Central de cópias	205,48 m <sup>2</sup>	R\$ 2.688,91
Posto 2	Faculdade de Enfermagem - FAEN	20,1m <sup>2</sup>	R\$ 278,58
Posto 3	Instituto de Linguagens - IL	18,21 m <sup>2</sup>	R\$ 252,39
<b>Valor Total mês</b>			<b>R\$ 3.219,88</b>

**CLAUSULA DÉCIMA NONA – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL**

- a) A CONTRATADA deverá ressarcir, mensalmente, a UFMT, mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, até ao 5º dia útil do mês seguinte ao período do consumo (mês comercial), o valor definido pela remuneração da concessão de uso do espaço físico, conforme modelo de cálculo instituído pela Resolução CD nº 23 de 27 de setembro de 2013, e deverá encaminhar o comprovante, por e-mail, ao fiscal do contrato na data do faturamento.
- b) Para efeito do recolhimento do primeiro mês da concessão, será contada como data inicial a data da entrega do imóvel ao Concessionário mediante termo de vistoria.
- c) Para cálculo do valor do recolhimento do último mês da concessão, será contada como data final, a data da devolução da área concedida à UFMT, mediante termo de vistoria.
- d) A Guia de Recolhimento da União – GRU poderá ser emitida pelo site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>, UASG Nº 154045, código de recolhimento nº 28804-7 (taxa de ocupação de imóvel), ou ser solicitada ao fiscal do contrato, de acordo com os valores informados pela Contratante.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- e) O atraso no cumprimento desta obrigação poderá acarretar para a Concessionária multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso. Sendo garantido à concessionária a ampla defesa e o contraditório.
- f) Se a Guia não for quitada após 30 (trinta) dias, contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela FUFMT, a concessionária estará sujeita à aplicação das sanções previstas no artigo Nº 87 da Lei Nº 8.666/93.
- g) Se o atraso no pagamento por parte da Contratada for superior a 90 (noventa) dias, a CONCEDENTE poderá proceder à rescisão contratual e executará a cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos, podendo inclusive promover a inscrição na Dívida Ativa da União.
- h) Respeitado o princípio da anualidade, o valor mensal pago a título de taxa de ocupação de imóvel poderá ser reajustado, para mais ou para menos, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado do período.
- i) Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês do adimplemento da obrigação contratual, o reajuste deve ser calculado de acordo com o último índice conhecido. Depois de publicados os índices definitivos, deve efetuar-se a correção dos cálculos.
- j) No caso do primeiro reajuste, a contagem do interregno de 01 (um) ano terá como referência a data limite da apresentação da proposta, e os demais, a data do último reajuste.
- k) Para fins do cálculo do reajuste anual, será sempre utilizado o índice (IPCA), devendo ser aplicadas as seguintes fórmulas (conforme manual do TCU):

$$I_r = (I_1 - I_0) / I_0$$

$$R = V_0 \times I_r$$

$$V_1 = V_0 + R$$

Onde:

$I_0$  - índice correspondente à data base da proposta (data prevista para abertura da licitação);

$I_1$  - índice correspondente à data para qual se deseja reajustar o valor;

$I_r$  - índice de reajustamento;

$R$  - valor do reajustamento procurado;

$V_0$  - preço original da proposta, na data base (valor a ser reajustado);

$V_1$  - preço final já reajustado.

- l) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- m) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- n) A qualquer tempo, havendo reajuste/redução de tarifa pública por parte da concessionária de energia elétrica, o valor mensal pago a título de ressarcimento será reajustado.

**CLAUSULA VIGÉSIMA – DO RESSARCIMENTO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA**

A Contratada deverá ressarcir mensalmente a UFMT, mediante recolhimento de GRU, até o 5º dia útil do mês seguinte ao período de consumo (mês comercial), o valor referente aos gastos com o **consumo de energia elétrica**, referente aos equipamentos instalados no local da concessão, conforme modelo de cálculo instituído pela Resolução CD nº 08, de 27 de agosto de 2010, e deverá apresentar o comprovante ao fiscal do contrato, por ocasião do envio do faturamento.

- a) Para o cálculo do valor do recolhimento do primeiro mês do ressarcimento, será contada como data inicial a data da entrega do imóvel ao Concessionário mediante termo de vistoria;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- b) Para o efeito do recolhimento do último mês do ressarcimento, será contada como data final a data de devolução do imóvel à UFMT, mediante termo de vistoria;
- a. A Guia de Recolhimento da União – GRU poderá ser emitida pelo site <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>, UASG 154045, código de recolhimento nº 68888-6 (anulação de despesa do exercício), ou solicitados junto ao fiscal do contrato, de acordo com os valores informados pela Contratante.
- c) O atraso no cumprimento desta obrigação poderá acarretar para a Concessionária, multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor a ser pago, acrescido de juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a ser contabilizado no período correspondente ao atraso, sendo garantido à Concessionária a ampla defesa e o contraditório.
- d) Se a Guia não for quitada após 30 (trinta) dias, contados do vencimento do prazo, sem motivo justificado e aceito pela FUFMT, a concessionária estará sujeita à aplicação das sanções previstas no artigo Nº 87 da Lei Nº 8.666/93.
- e) Se o atraso no pagamento da Guia for superior a 90 (noventa) dias, a CONTRATANTE procederá à rescisão contratual e executará a cobrança judicial ou extrajudicial dos valores devidos, podendo inclusive promover a inscrição na Dívida Ativa da União.
- f) Havendo reajuste/redução de tarifa pública por parte da concessionária de energia elétrica, o valor mensal pago a título de ressarcimento será reajustado proporcionalmente aos novos valores unitários definidos;
- g) O aferimento dos valores a serem restituídos mensalmente deverá ser levantado pela FUFMT com base nos equipamentos efetivamente instalados.
- h) Caberá à CONTRATADA apresentar ao fiscal do contrato, mediante processo administrativo, no prazo de até **07 (sete) dias úteis do início das atividades**, a lista de máquinas e equipamentos instalados na área da concessão, seus modelos, marcas e potências (conforme modelo de relatório anexo ao termo de referência), para o cálculo do valor do ressarcimento mensal referente à energia elétrica, nos termos da Resolução CD nº 08 de agosto de 2010.
- i) Em caso de alteração da lista, seja por alteração de modelo, acréscimo ou redução de equipamentos, a CONTRATADA deverá notificar o fiscal do contrato, mediante processo administrativo, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis da alteração, para que seja realizado novo redimensionamento de consumo de energia elétrica, que é calculado por máquina instalada.

**CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS DESCONTOS**

Durante o recesso escolar da CONTRATANTE, na ocorrência de greve acadêmica ou ainda na ocorrência de fatos que obstaculizem o funcionamento normal das atividades escolares, os valores dos recolhimentos mensais da taxa de ocupação de imóvel e ressarcimento de energia elétrica serão proporcionais aos dias de funcionamento normal, sendo o limite mínimo de recolhimento de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual normal.

- a) Caso a Concessionária tenha optado pela utilização do medidor individual de energia elétrica, não será concedido desconto, pois o quantitativo aferido já representa a redução da demanda do período.
- b) Para fins de aplicação do desconto no caso de férias escolares ou recessos acadêmicos, somente serão considerados os períodos informados no calendário oficial da FUFMT registrado mediante portaria do CONSEPE;





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- c) Caberá a CONTRATADA, mediante processo administrativo encaminhado ao fiscal do contrato, a solicitação de redução dos valores e a comprovação dos fatos obstaculizadores;
- d) Para o cálculo do valor referente ao recolhimento mensal, nas ocorrências citadas acima, será considerado o mês com 30 (trinta) dias e será utilizada a seguinte metodologia:  
Valor recolhimento total mensal = R\$ (recolhimento diário)  
30 dias

$R\$(\text{recolhimento diário}) \times n^{\circ} \text{ dias funcionamento normal} = \text{Recolhimento mensal com desconto}$

- e) Os eventuais processos administrativos de alteração do valor do recolhimento mensal deverão ser arquivados junto ao processo originário do contrato.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS BENFEITORIAS**

A CONTRATADA poderá fazer modificações que se fizerem necessárias para melhor adequar o espaço concedido, desde que apresente projeto técnico (arquitetônico, de interiores, elétrico, hidráulico e estrutural), incluindo a instalação de ar-condicionado, mediante análise e aprovação da Secretaria de Infraestrutura – SINFRA.

- a) Todas as despesas decorrentes das modificações autorizadas correrão por conta da CONTRATADA, e se incorporarão ao imóvel, sem que caiba qualquer indenização ulterior à mesma.
- b) As obras e serviços autorizados serão fiscalizados pela FUFMT nos termos da Resolução CD nº 103/2006.

**CLAUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS MANUTENÇÕES**

A CONTRATADA será responsável pela realização das manutenções preventivas e corretivas na área da concessão, decorrentes do tempo de uso ou de fatores externos.

- a) Todas as despesas decorrentes das manutenções correrão por conta da CONTRATADA, e se incorporarão ao imóvel, sem que caiba qualquer indenização à mesma.
- b) A manutenção preventiva e corretiva englobará os seguintes itens: água, esgoto, tubos, conexões, equipamentos, válvulas, sifões, caixa de água, caixa de gordura, lâmpadas, tomadas, disjuntores, reatores, interruptores, soquetes, azulejos, pintura dentre outros itens não estruturais.

**CLAUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA REVERSÃO**

Findo o prazo contratual ou na ocorrência de rescisão contratual fica extinta a concessão e será obrigatoriamente devolvido o imóvel, nas mesmas condições de recebimento.

- a) A área da concessão deverá ser entregue limpa e desimpedida para uso no prazo de até 10 (dez) dias, contados do prazo da extinção da concessão. O descumprimento do prazo de entrega da área de concessão ensejará sanção administrativa nos termos contratuais.
- b) A entrega deverá ser realizada junto ao fiscal do contrato que deverá vistoriar o espaço e emitir seu posicionamento, mediante termo de vistoria e registro fotográfico das condições de recebimento da área concedida.

**CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO**

- a) O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- b) O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- c) A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- d) A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
- e) A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA:
  - i. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - ii. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- f) Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- g) O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- h) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- i) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- j) Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório da licitação.
- k) O fiscal do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- l) O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- m) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- n) O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- o) O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- p) Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- q) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- a) Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - Comportar-se de modo inidôneo; e
  - Cometer fraude fiscal.
- b) Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- Multa de:
- i. 0,1% (um décimo por cento) até o limite de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - ii. 0,1% (um décimo por cento) até o limite 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - iii. 0,1% (um décimo por cento) até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - iv. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
  - v. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
  - vi. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
  - vii. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
  - viii. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

- ix. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- c) As demais sanções poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- d) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente	03





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA**

	notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência, sem necessidade de reincidência;	01

- e) Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- f) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- g) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- h) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos Arts. 77 e 78 da Lei 8.666/93 e das formas previstas no Art. 79 da mesma lei, com as consequências contratuais e as previstas no art. 80 da mesma lei.

- A rescisão do Contrato ocorrerá sem prejuízo da exigibilidade de débito anterior da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e de condições estabelecidas neste instrumento, além das perdas e danos decorrentes.
- O Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência administrativa da CONTRATANTE, mediante comunicação escrita, entregue diretamente ou por via postal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.
- Pela rescisão, de que trata o parágrafo segundo do art. 79 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA terá o direito de receber pelos serviços já executados e aceitos pela CONTRATANTE até a data de encerramento do presente contrato.
- Conforme o disposto no Inciso IX, do artigo 55, da Lei 8666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, do referido Diploma Legal.
- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, facultada a defesa prévia do interessado e assegurados o contraditório e a ampla defesa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
REITORIA

- f) A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

O extrato deste contrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 6 da Lei nº. 8.666/93, correndo as despesas por conta da contratante.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO**

As partes elegem o foro da Justiça Federal do Estado de Mato Grosso, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando-se em Juízo e fora dele, por si e por seus sucessores legais.

Cuiabá, 18 de Janeiro de 2019.

[Assinatura]  
**MYRIAN THEREZA DE MOURA SERRA**  
Reitora da FUFMT

[Assinatura]  
**MARCELO NOBRE DE MACEDO**  
Fabri Gráfica e Confecções Ltda

**Testemunhas:**

1)

NOME

CPF

RG:

2)

NOME

CPF

RG:

[Assinatura]  
**Rafael Fernandes Junqueira**  
Administrador  
Gerência de Contratos de Serviços  
CAC/PROAD/UFMT  
SIAPE: 2161432